



ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS  
**PRÓ-OUTEIRO**

Relatório de  
Atividades e Contas  
2023

22/03/2024

## Conteúdo

1. Enquadramento .....	4
2. Apresentação da Instituição .....	5
3. Cenário Macroeconómico.....	11
4. Relatório das Atividades Realizadas .....	14
Serviço de Apoio Domiciliário .....	14
Centro de Dia.....	15
ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas .....	17
CEPD - Centro de Estimulação para Pessoas com Demência.....	20
Atividades Socioculturais, Psicomotoras e Ocupacionais .....	21
Serviço de Alimentação.....	23
Recursos Humanos.....	24
Obrigações Fiscais .....	26
5. Anexo às Contas.....	27
5.1 Identificação da Entidade .....	27
5.2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	27
5.3 Principais Políticas Contabilísticas.....	28
5.3.1 Bases de Apresentação .....	28
5.3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	31
5.4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	42
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	42
5.6 Ativos Intangíveis.....	44
5.7 Custos de Empréstimos Obtidos.....	45
5.8 Inventários .....	45

5.9	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	46
5.10	Rédito .....	47
5.11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	47
5.12	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	48
5.13	Imposto sobre o Rendimento .....	48
5.15	Benefícios dos empregados .....	48
5.16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	49
5.17	Outras Informações .....	49
5.17.1	Investimentos Financeiros .....	49
5.17.2	Clientes e Utentes .....	49
5.17.3	Outras contas a receber .....	50
5.17.4	Diferimentos .....	51
5.17.5	Outros Ativos Financeiros .....	51
5.17.6	Caixa e Depósitos Bancários .....	51
5.17.7	Fundos Patrimoniais .....	51
5.17.8	Fornecedores .....	52
5.17.9	Estado e Outros Entes Públicos .....	52
5.17.10	Outras Contas a Pagar .....	52
5.17.11	Outros Passivos Financeiros .....	53
5.17.12	Subsídios, doações e legados à exploração .....	53
5.17.13	Fornecimentos e serviços externos .....	53
5.17.14	Outros rendimentos .....	53
5.17.15	Outros gastos .....	54
5.17.16	Resultados Financeiros .....	54
5.17.17	Acontecimentos após data de Balanço .....	55
6.	Indicadores Económicos .....	55
6.1	Rácios .....	55
6.2	Indicadores de Rubricas de maior Impacto .....	56

6. Demonstrações Financeiras.....	57
(Aprovado pelo CNCE em 24 de novembro de 2023) .....	60
8. Parecer do Conselho Fiscal.....	61

## 1. Enquadramento

**“A Juventude é uma qualidade, não uma circunstância” Frank Lloyd Wright**

Começo este texto com uma frase de Frank Lloyd Wright, que descreve aquilo em que acreditamos na AMPO. De facto, são inúmeros os jovens que, independentemente da idade, colaboram, são sócios ou usufruem dos serviços da AMPO. A todos eles, sem exceção, o meu sincero agradecimento por fazerem parte da nossa Associação.

Em 2023, continuámos a crescer, prestando um serviço de qualidade em todas as nossas valências. E não sou eu a dizê-lo, é a avaliação que nos fazem todos aqueles que usufruem dos nossos serviços que nos mostra que estamos no caminho certo.

Somos uma associação com mais de 40 anos de história, passámos por muitas fases diferentes, por altos e baixos, por crises e momentos de prosperidade. Se queremos continuar a trilhar o nosso caminho, não podemos parar de inovar, de melhorar, de fazer mais por todos aqueles que depositam em nós a sua confiança, diariamente, porque só assim continuaremos a crescer e a apoiar cada vez mais pessoas.

É nossa ambição, já em 2024, iniciar as obras de ampliação da AMPO, para podermos chegar ainda mais longe, com ainda mais qualidade e, sempre, garantindo o conforto de todos os que diariamente frequentam as nossas instalações – utentes, colaboradores, visitas – porque pessoas felizes fazem pessoas felizes e, afinal, é a felicidade que nos mantém jovens, quer tenhamos 15, 30, 60 ou 120 anos!

Termino como comecei, agradecendo a todos aqueles que fazem da Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro uma instituição de referência na região, e, até, atrevo-me a dizê-lo, no panorama nacional. Muito obrigado a todos.

O Presidente

Diamantino Nunes

## 2. Apresentação da Instituição

A AMPO - Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro é uma instituição particular de Solidariedade Social (IPSS) criada formalmente em 1983 com o objetivo de dar apoio à família e a promoção comunitária do lugar do Outeiro e o seu âmbito de ação abrangia o concelho de Oliveira de Azeméis. Atualmente integra a Plataforma Supraconcelhia de Entre o Douro e Vouga – Zona Norte. Para além do Concelho de Oliveira de Azeméis, integram esta plataforma os concelhos de Arouca, São João da Madeira, Vale de Cambra e Santa Maria da Feira.



A AMPO propõe-se apoiar e garantir os direitos e responder às necessidades das pessoas idosas e das suas famílias, geradas pelas mudanças na sociedade, criando e oferecendo serviços que correspondam às novas realidades sociais e necessidades das pessoas idosas e comunidade envolvente, de forma integral e personalizada.

Para atingir esta meta a AMPO pauta-se pelos seguintes Valores:

**Solidariedade:** Acolher com caráter solidário todos os que recorrem aos nossos serviços, respondendo às suas necessidades e especificidades.

**Respeito/Ética:** Respeitar a condição e características de todos os que apoiamos e daqueles que conosco colaboram.

**Confiança:** Criar um ambiente de confiança mútua, entre nós e os que nos apoiam, inspirando-nos na generosidade, partilha e respeito pelas especificidades de cada um.

**Responsabilidade:** A nossa maior responsabilidade é concorrer para o bem-estar de cada um tendo em conta os direitos de todos os que conosco vivam.

Desta forma, a AMPO pretende ser reconhecida como uma instituição de referência no apoio à pessoa idosa, baseando a sua intervenção na melhoria contínua das suas práticas e na elevação da qualidade dos serviços prestados. Assim, a Política da Qualidade da AMPO baseia-se nos seguintes princípios:

- Reconhecer e valorizar o empenho e dedicação dos colaboradores promovendo o trabalho de equipa;
- Fomentar a satisfação plena dos utentes e seus familiares;
- Promover uma vida pessoal e social saudável aos utentes;
- Manter os utentes integrados na sociedade criando parcerias com o exterior;
- Promover a humanidade e solidariedade social;
- Ser um agente promotor e dinâmico no desenvolvimento da comunidade.



Os objetivos desta política são planeados anualmente e os processos de gestão do sistema incluem o acompanhamento e monitorização por parte da Direção. Este processo de gestão do sistema interage com os processos de suporte que visam a gestão de competências e a avaliação e melhoria das operações e serviços prestados pela AMPO em todos os seus projetos: Serviço de Apoio ao Domicílio, Centro de Dia, Estrutura Residencial para Idosos e Centro de Estimulação para Pessoas com Demência.

No início da década de 80, AMPO iniciou a sua atividade com o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) onde é oferecido um vasto leque de serviços no domicílio dos idosos que passa pelo fornecimento de refeições, cuidados de higiene pessoal e habitacional, tratamento de roupa, atividades de animação e socialização, serviços de teleassistência, apoio psicossocial, entre outros.

Em 2016 a AMPO alargou o seu âmbito de atuação no serviço de apoio ao idoso e seus familiares ao dar início nas suas instalações do funcionamento de um Centro de Dia, que acolhe os idosos entre as 9 horas e as 18 horas e onde presta serviços de alimentação, cuidados de higiene e conforto, atividades socio culturais e recreativas apropriadas ao perfil ocupacional, apoio psicossocial, acompanhamento ao exterior e ocupação de tempos livres e acompanhamento técnico de serviço social, enfermagem, entre outros.

Em 2018 a AMPO complementa o seu âmbito de apoio ao idoso e seus familiares ao abrir uma Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) e ao dar início ao funcionamento dos serviços do Centro de Estimulação para Pessoas com Demência (CEPD).

O ERPI acolhe o idoso em regime de alojamento com planos individuais de cuidados ao nível da alimentação, higiene pessoal, conforto, saúde, animação e socialização, de forma a promover a sua autonomia e integração social sem descurar a relação intrafamiliar do idoso. O ERPI funciona num complexo residencial, com capacidade para 25 utentes, o qual visa contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo e de qualidade, mediante a aplicação de planos individuais de cuidados, de forma a promover a autonomia e integração/participação social dos beneficiários. Visa, ainda, contribuir de forma ativa para melhorias na qualidade de vida dos clientes, através da disponibilização de serviços permanentes e de qualidade, e de condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar.

O CEPD oferece um cuidado especializado e interdisciplinar de estimulação para pessoas com demência centrada na pessoa no que diz respeito à sua intervenção diária, tem um

funcionamento de segunda a sexta-feira das 8 horas às 18h. As atividades desenvolvidas juntam terapias não farmacológicas, num mesmo espaço com equipamentos e instrumentos de trabalho ajustados à pessoa com demência por forma a fazer uma estimulação específica, nomeadamente, relacionadas com perturbações da fala, incapacidade de reconhecer ou identificar objetos, capacidade de executar atividades motoras prejudicada apesar do funcionamento motor intacto e executivo, diminuição das competências sociais, entre outros. A Direção da AMPO continua a acreditar que ainda se pode chegar mais longe e mostra-se fortemente empenhada em desenvolver modelos de gestão inovadores mais eficientes que permitam um crescimento sustentado da instituição. Esta ambição alicerçar-se-á no equilíbrio financeiro das atividades de forma a alcançar os objetivos e desenvolver as atividades estatutárias, de forma sustentável, em termos económicos, sociais e ambientais.

## Constituição dos Órgãos Sociais

Mandato de 23 de Fevereiro 2023 a 31 de Dezembro de 2026.

### Assembleia Geral:

Presidente: António Eduardo Rebelo Santos Valente, sócio n.º1279

1.º Secretário: António Da Silva Xará, sócio n.º 947

2.º Secretário: Luís Manuel Peixoto de Sousa Teixeira, sócio n.º 1738

### Direção:

Presidente: Diamantino José Silva Nunes, sócio n.º 1270

Vice-Presidente: Luís Miguel de Azevedo Leite, sócio n.º 1501

Secretário: José Júlio Pereira Nascimento, sócio n.º 1471

Tesoureiro: Manuel Brandão dos Santos, sócio n.º 1166

1.º Vogal: José Manuel Esteves da Silva Pinto, sócio n.º 1236

2.º Vogal: Pedro Renato da Silva Santos, sócio n.º 1284

3.º Vogal: Maria Deolinda Soares Silva Correia, sócio n.º 1103

1.º Suplente: Sílvio dos Santos Correia, sócio n.º 1105

2.º Suplente: Clarice da Conceição Lemos Carvalho Brandão Santos, sócio n.º 1175

3.º Suplente: José Maria Tavares da Silva, sócio n.º 1341

### Conselho Fiscal:

Presidente: João Carlos Mesquita, sócio n.º 885

1.º Vogal: Maria La- Salete Soares Silva Vieira, sócio n.º 630

2.º Vogal: Paulo Vieira dos Santos Pinto, sócio n.º 22

1.º Suplente: Jaime Manuel da Silva Marques, sócio n.º 1278

2.º Suplente: Carlos dos Santos Mesquita, sócio n.º 1027

3.º Suplente: Maria Aurelina Gonçalves Silva Nunes, sócio n.º 1279

### 3. Cenário Macroeconómico

2022, um ano ainda marcado pela pandemia de covid-19, permitiu, ainda assim, o regresso à tão ansiada normalidade, voltando-se a organizar alguns eventos e encontros, afastando as pessoas do isolamento.

As projeções mais recentes das instituições internacionais apontam previsões de crescimento para a economia portuguesa em 2023 – o PIB deverá crescer 1,5%, com uma inflação de 5,8%.

Os anos de 2020 e 2021 ficaram sem dúvida para sempre marcados, pela pandemia que assolou o Mundo e o País, mas 2022 ficou marcado com a guerra na Ucrânia. Se nos anos de 2020 e 2021, as populações ressentiram que o flagelo da COVID, como um encarceramento, 2022, pauta-se pelo sentimento de insegurança, motivado pelo receio de quebras no fornecimento de energia e de bens alimentares, levando a um acréscimo de preços globais.

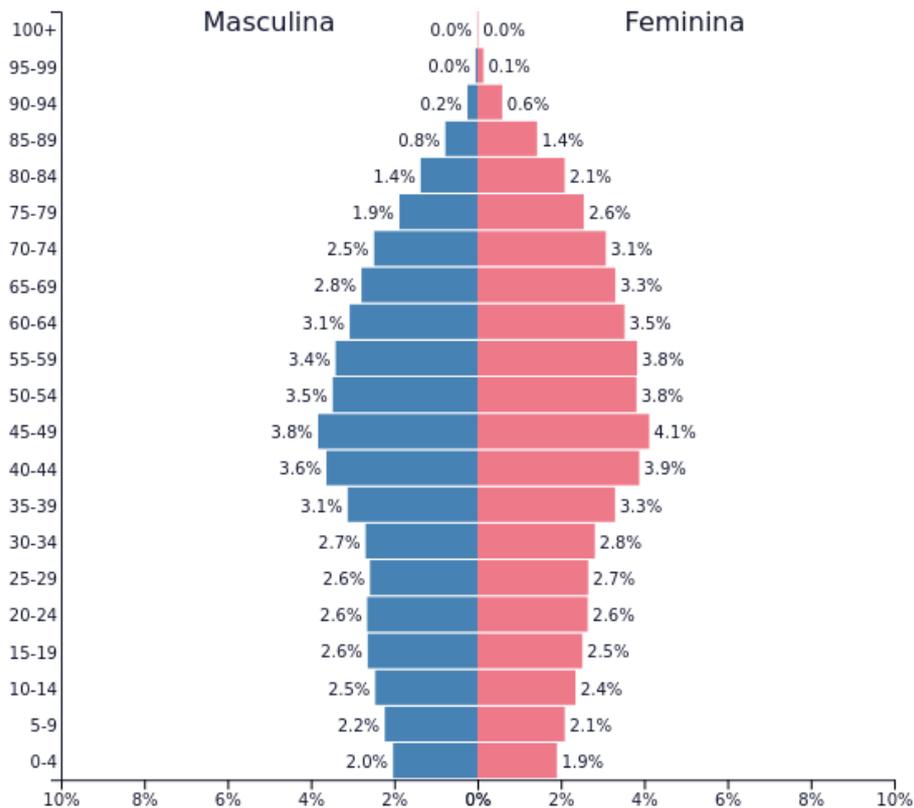
Numa avaliação global as IPSS, representam uma resposta presente e futura em apoio ao acompanhamento familiar, criação de postos de trabalho e (re)integração no mercado laboral. “O emprego não é apenas um meio de produção de riqueza, mas também um meio de integração social. O trabalho remunerado com duração indeterminada, com salário regular, (...) conferiu um estatuto social ao trabalhador. O termo trabalho ficou associado à noção do emprego. Numa tentativa de esclarecer os conceitos, a nossa posição é de que emprego equivale ao trabalho remunerado. O termo emprego pressupõe ainda a existência de diferentes estatutos” (Kovács, Casaca, Ferreira & Sousa, 2006:7).

As IPSS, tem a sua importância nos cuidados às pessoas com dependência, atendendo aos dados disponibilizados pela PORDATA, em 2019, cerca de 22% da população residente em Portugal situa-se na faixa etária compreendida entre os 65 ou mais anos de idade.

Em Portugal, em 2019, 25% da população idosa é composta por idosos que vivem sozinhos. Cerca de 33% das mulheres idosas e 13% dos homens idosos vivem nessa condição.

Uma publicação da entidade consultada (PORDATA) aponta para que em 2050 os idosos, em Portugal, sejam cerca de 3,4 milhões. A população idosa em 2050, como se pode verificar pelos dados da pirâmide etária à data de 2020 e facultada no site

PopulationPyramid.net, é a que tem idade actual entre os 39 e 54 anos e que representa a maior percentagem.



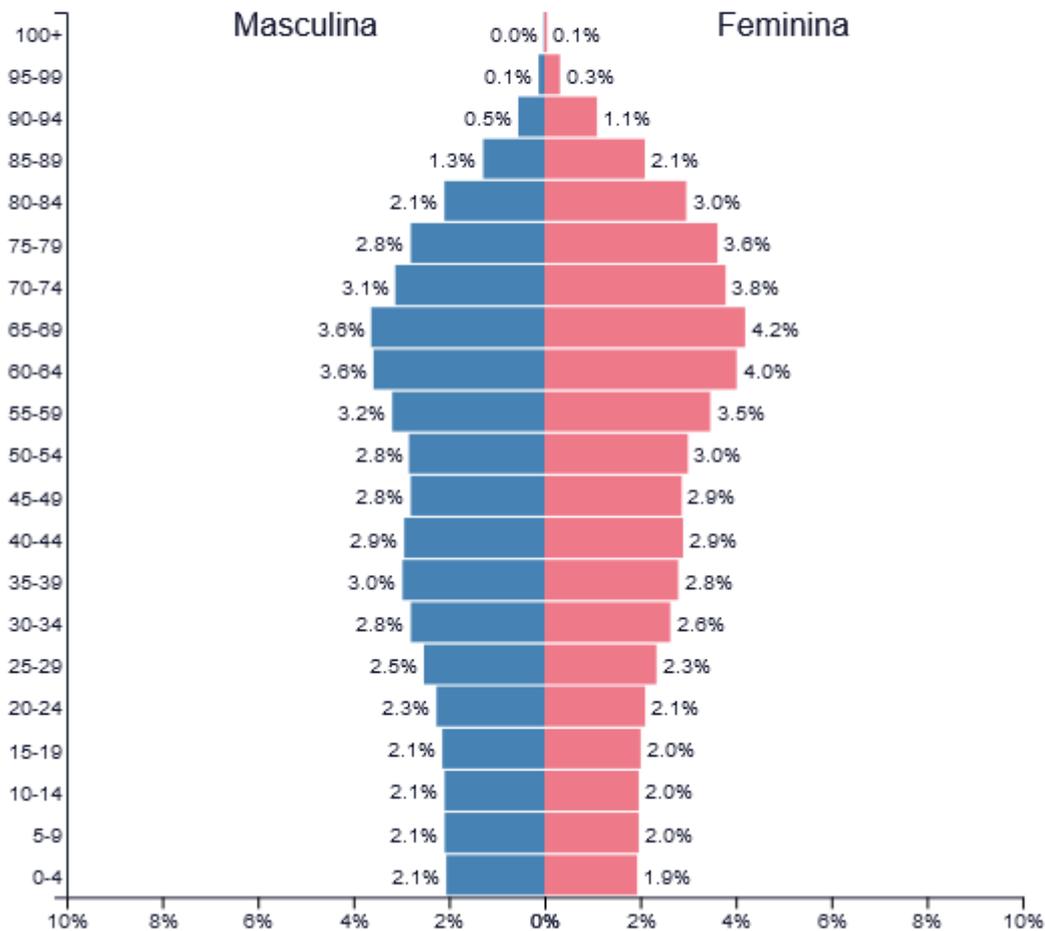
PopulationPyramid.net

**Portugal - 2020**  
População: **10,196,707**

Analisando os dados da população em Portugal, verificamos um constante crescimento da população envelhecida e um decréscimo espectacular da população.

Portugal ▼  
2040

População: 9,558,275



No concelho de Oliveira de Azeméis, com uma população residente de cerca de 66.062 pessoas, a população residente em idade ativa (pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 65 anos de idade) era de cerca de 67%, enquanto os idosos representam 21,7% da população. O índice de envelhecimento era, em 2019, de 191 idosos (pessoas com 65 ou mais anos de idade) por cada 100 jovens e pessoas em idade ativa. Este índice tem vindo a aumentar e, no caso do concelho em análise, apresenta uma média superior à nacional cujo valor se situa em 161 pessoas idosas por cada grupo de 100 jovens e pessoas em idade ativa.

Idade	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	80-84	85 ou mais	
2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	
	66 011	2 293	2 428	2 724	3 293	3 616	3 609	3 666	4 035	4 756	5 220	5 410	5 482	4 995	4 155	3 614	2 794	2 183	1 738

Como se pode verificar através da análise aos dados relativos à distribuição da população residente, por estratos etários, no que diz respeito ao concelho de Oliveira de Azeméis, nos próximos quatro anos e seguintes, a população idosa tende a aumentar consideravelmente.

É, por isso, expectável que as respostas sociais venham a assumir um papel cada vez mais relevante e, absolutamente, necessário para garantir o apoio necessário aos idosos cada vez mais dependentes.

É neste contexto que a Pró-Outeiro se move, certos de que o seu compromisso vai ao encontro dos desafios que a evolução da estrutura demográfica nos reserva para o futuro.

## 4. Relatório das Atividades Realizadas

### Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no próprio domicílio, sempre que idosos, adultos ou famílias, por motivo de doença, deficiência ou outros impedimentos, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ ou da vida diária.

A AMPO presta o serviço de apoio domiciliário a 96 utentes com uma média de idades de 82 anos (mínimo 58 anos – máximo 101 anos), distribuídos pelo concelho de Oliveira de Azeméis e São João da Madeira. O nosso objetivo é promover o conforto e qualidade de vida de cada utente e evitar institucionalizações desnecessárias. Priorizamos a permanência de cada idoso no seu domicílio, possibilitando a harmonia entre hábitos e os costumes que traduzem a sua história de vida.



Os serviços mais representativos referem-se aos cuidados de higiene e distribuição de refeições prestados por cinco equipas de apoio domiciliário que inclui:

- Prestação de cuidados de higiene e conforto;
- Arrumação e pequenas limpezas no domicílio, quando utilizados só pelo idoso e nas zonas essenciais à sua circulação, priorizando-se para este tipo de serviço os mais necessitados e sós;
- Transporte e acompanhamento de refeições;
- Serviço efetuado 7 dias por semana, com horário alargado até às 20h00;
- Tratamento de roupas.



## Centro de Dia

O Centro de Dia é uma resposta social que consiste na prestação de um conjunto de serviços em horário diurno de segunda a sexta-feira (7:30h às 20:00h) e aos sábados das (8:30 às 17:00h) e que contribui para a permanência dos idosos no seu seio familiar.

O Centro de Dia tem capacidade para 25 utentes e atualmente tem a sua capacidade máxima atingida, com idades compreendidas entre os 60 e os 95 anos, distribuídos pelo concelho de Oliveira de Azeméis.



O Centro de Dia da AMPO para além dos serviços standard prestados por esta resposta social, adotou um conjunto de atividades adaptadas a este grupo, que visam promover a sua saúde, sociabilidade,

autonomia, cultura, memória, linguagem e até mesmo o exercício físico regular.

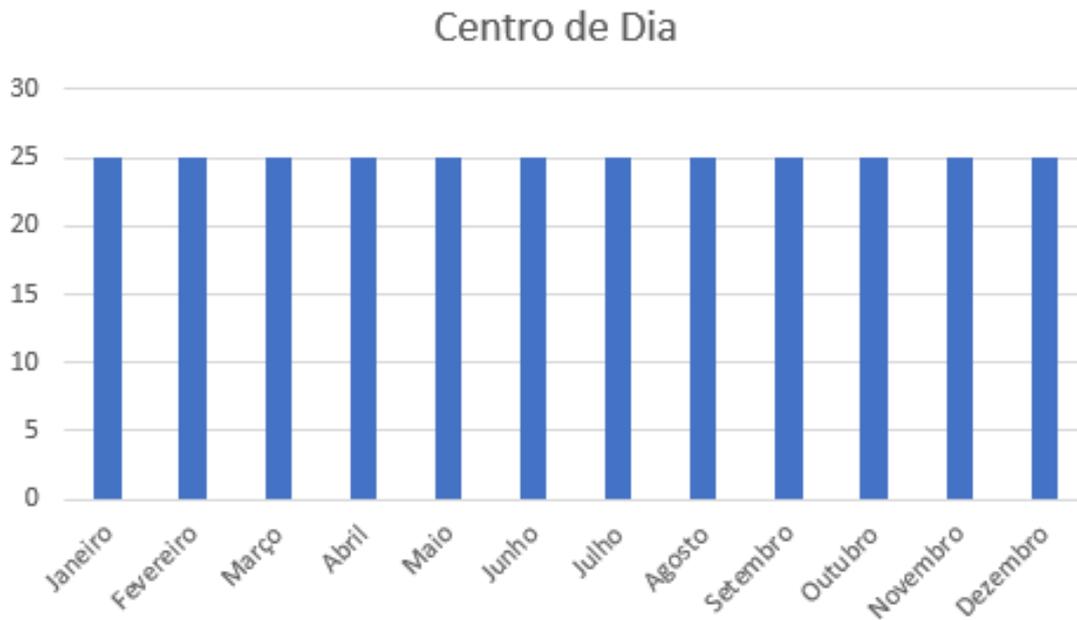
Diariamente é oferecido um conjunto de atividades artísticas não profissionais, lúdicas, sociais de difusão (viabilizando o acesso a determinados bens culturais) e formação (para aquisição de conhecimentos e desenvolvimento do uso crítico e ilustrado da razão). Estas atividades são planeadas por técnicos com base nas estratégias de promoção do envelhecimento ativo preconizadas, bem como nos diversos gostos e interesses de cada utente.



O ano de 2023 foi um ano que se iniciou com a capacidade máxima e manteve o mesmo padrão até ao momento, existindo agora lista de espera para a resposta social.



O gráfico abaixo mostra a distribuição mensal dos utentes do Centro de Dia, no ano de 2023, de onde se saliente ausência de frequência nos meses já referidos.



Desta forma, o Centro de Dia no momento é uma resposta social da AMPO com uma elevada procura, dado que vai ao encontro das expectativas e necessidades das pessoas, confirmando o valor público da abordagem ao problema do apoio social da instituição.

### ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas é uma resposta social desenvolvida em estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, com funcionamento diário permanente de 24h, que desde a sua abertura, tem tido uma procura constante e com a taxa de ocupação contante.

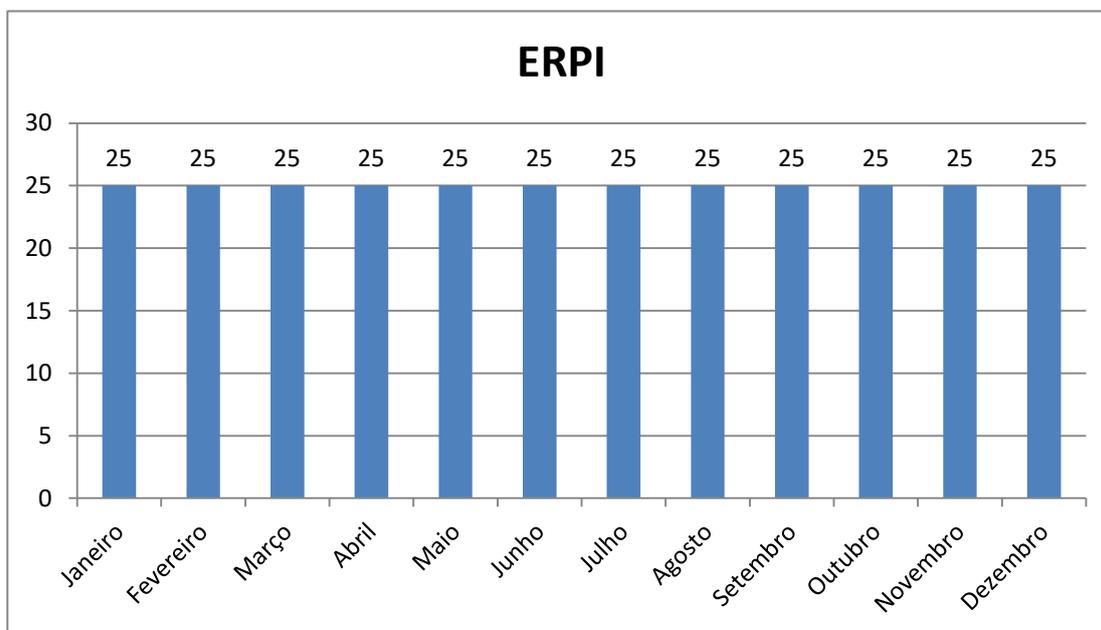
A ERPI oferece aos seus utentes uma variedade de serviços ao nível da alimentação, higiene pessoal, conforto, saúde, atividades de animação e socialização, de forma a promover autonomia e integração social da pessoa idosa sem descurar a relação intrafamiliar.

Diariamente o funcionamento da ERPI visa contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo e de qualidade.





Durante o ano de 2023, a sua capacidade esteve preenchida. De um total de 25 utentes, 20 utentes são abrangidos pelo acordo de cooperação, nos quais se incluem 4 vagas sociais, geridas pelo Instituto de Segurança Social. A AMPO presta serviço de ERPI a 25 utentes com idades compreendidas entre os 63 e 97 anos.



Ao longo de 2023, o número de utentes em ERPI foi constante, estando a capacidade máxima preenchida todos os meses, conforme registado no gráfico abaixo e existindo uma enorme lista de espera. É notório que cada vez mais existe uma maior procura por esta resposta.

### CEPD - Centro de Estimulação para Pessoas com Demência

O Centro de Estimulação para Pessoas com Demência (CEPD) é um projeto da Associação de Melhoramentos Pró Outeiro (AMPO) cofinanciado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego – POISE, desde outubro de 2017 até 2020. Este projeto surgiu a partir da constatação de uma necessidade existente a nível nacional, uma vez que as respostas sociais atualmente existentes em Portugal para a população idosa – a Estrutura Residencial para a Pessoa Idosa (ERPI), o Centro de Dia (CD) e o Serviço de Apoio ao Domicílio (SAD), não correspondem satisfatoriamente às necessidades e especificidades que o défice cognitivo e a demência impõem.

Desta forma, o CEPD tem como principal objetivo disponibilizar uma resposta ao nível dos cuidados especializados para as pessoas com declínio cognitivo e patologia demencial, bem como apoio e formação aos seus respetivos cuidadores (in)formais.

O CEPD iniciou o seu funcionamento integrado no edificado das valências de Centro de Dia e ERPI da AMPO, passando a funcionar integralmente em instalações próprias a partir de Agosto do ano de 2019. Estas instalações têm uma capacidade máxima para 40 pessoas com demência, sendo que os beneficiários abrangidos por este projeto incluem também os seus cuidadores informais e potenciais instituições cuidadoras, uma vez que o objetivo é o de promoção de uma rede de apoio longitudinal e contínua.

Tendo em conta o plano de contingência delineado pela DGS para fazer frente ao vírus da COVID -19, a AMPO foi forçada a encerrar esta valência no decorrer do mês de Março do ano de 2020, no entanto já recomeçou o seu funcionamento, mas não ainda na sua totalidade.

A AMPO está ciente de que se trata de um serviço necessário à nossa sociedade local, mas igualmente consciente os utentes que frequentam esta valência requerem cuidados especiais, por isso, aguarda por atualização do plano de contingência para voltar a receber os seus utentes em condições de segurança, higiene e bem-estar.

### Atividades Socioculturais, Psicomotoras e Ocupacionais

Como sabemos, ao envelhecimento está frequentemente associado uma diminuição progressiva das capacidades psicomotoras, tais como perdas significativas no equilíbrio, na coordenação, agilidade e destreza motora e, na maioria dos casos, nos processos cognitivos. Também, e de grande importância, está a interação social que, nesta fase, sofre uma grande queda, podendo traduzir-se mesmo no isolamento social ou, em casos mais extremos, levar à solidão.



Assim, é imprescindível que exista diariamente estimulação ao nível destes fatores, de forma a retardar e prevenir algumas destas perdas.

Com isto, na AMPO trabalhamos todos os dias no sentido de promover o melhor cuidado e qualidade de vida a todos os nossos utentes. Assim realizamos, diariamente, duas atividades de cariz sociocultural, psicomotor e/ou ocupacional por valência (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Centro de Dia), uma de manhã (10h30-12h00) e uma à tarde (14h30-16h00). Para além disso, ainda se realizam atividades de cariz religioso como a Oração do Terço, diariamente, e a ida à Capela do Outeiro, todos os Domingos. Também são realizadas semanalmente visitas ao exterior, a locais do interesse dos nossos utentes ou, a locais definidos pelas Atividades Interinstitucionais. Todos os anos também é realizado o Passeio Anual ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima.

Posto isto, de forma a contabilizar o número total de atividades realizadas no ano de 2023 nas duas valências supra mencionadas, estes foram os valores obtidos:

#### Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI):

- 404 atividades de cariz psicomotor (duas vezes por dia);
- 51 visitas ao exterior, de periodicidade semanal;
- 1 passeio anual ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima;
- 328 atividades realizadas pelas colaboradoras, ou pela Diretora Técnica da valência (fins-de-semana, feriados e férias da técnica responsável pelas atividades do setor).

#### Centro de Dia (CD):

- 404 atividades de cariz ocupacional;
- 51 visitas ao exterior, de periodicidade semanal;
- 1 passeio anual ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima;
- 50 atividades (férias da técnica responsável pelas atividades do setor).



## Serviço de Alimentação

O Serviço de Alimentação da AMPO tem a tarefa de garantir o fornecimento alimentar às suas valências internas (Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), Centro de dia (CD) e colaboradores) bem como a solicitações externas.

No ano de 2023, serviu em média mensalmente 6220 internamente e 5600 refeições a escolas do Município de Oliveira de Azeméis. Todavia, no mês de Julho e Agosto a AMPO foi solicitada para diversos serviços externos (Jornadas Mundiais da Juventude, Centro Lúdico de Oliveira de Azeméis, Férias Desportivas, Fábrica das Artes), onde aumentou o número de refeições neste dois meses em 6535.

A ambição da AMPO sempre foi aumentar as capacidades e funcionalidades neste sector, primando pela segurança e qualidade alimentar, e com este objetivo foi terminado o projecto da Cozinha já há muito ambicionado. A ampliação do espaço referente ao Serviço de Apoio ao Domicilio, bem como o espaço de preparação dos bens alimentares.

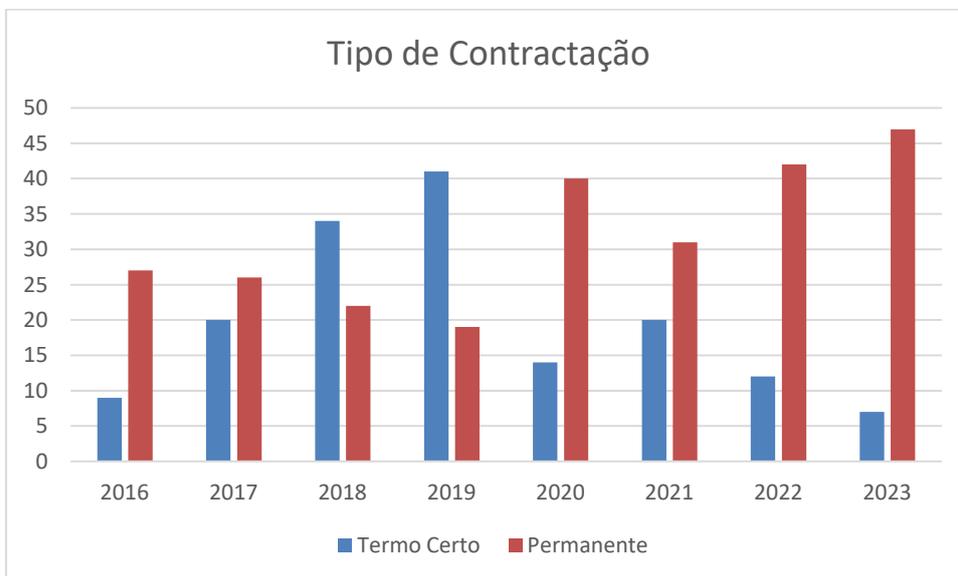
Noutra vertente, deu-se continuidade a ações de melhoria da qualidade do serviço prestado nos refeitórios, aqui se incluindo a monitorização presencial da prestação do serviço, a diversificação das ementas e as ações de dinamização.

## Recursos Humanos

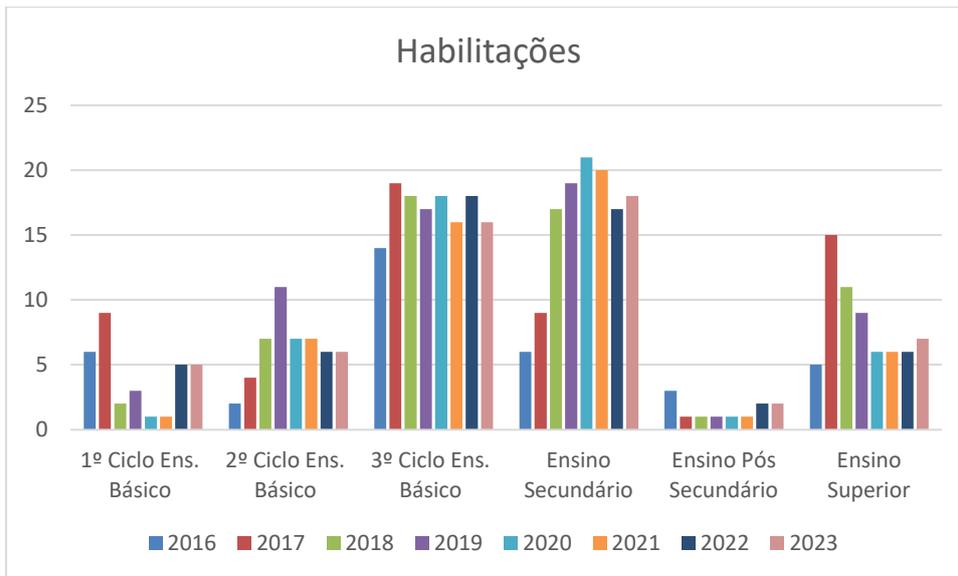
A Secção de Recursos Humanos desenvolve atividades diversificadas, requerendo dos elementos que a integram uma grande organização e planeamento, para que a gestão do pessoal seja um factor de estabilidade dentro da organização.

No final de 2023, o número de colaboradores da AMPO era de 51, contudo, salientamos o facto de ter três colaboradores com baixa prolongada e uma com baixa momentânea. A AMPO detém a seguinte composição dos recursos humanos no término do ano de 2023.

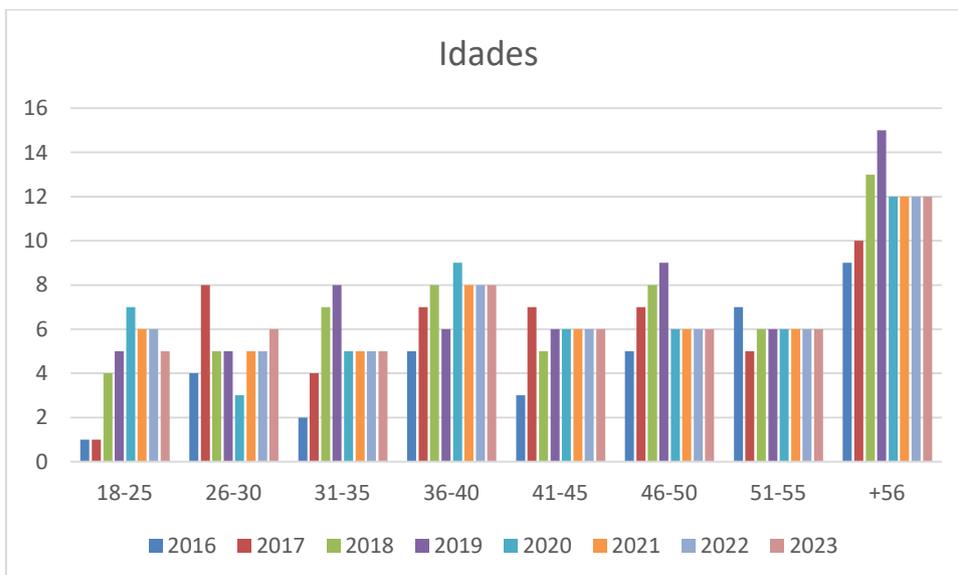
Trabalhamos no sentido de estabilizar os colaboradores, proporcionando engajamento com associação, evitando rotatividade e permitindo estabilidade nas funções e conhecimento.



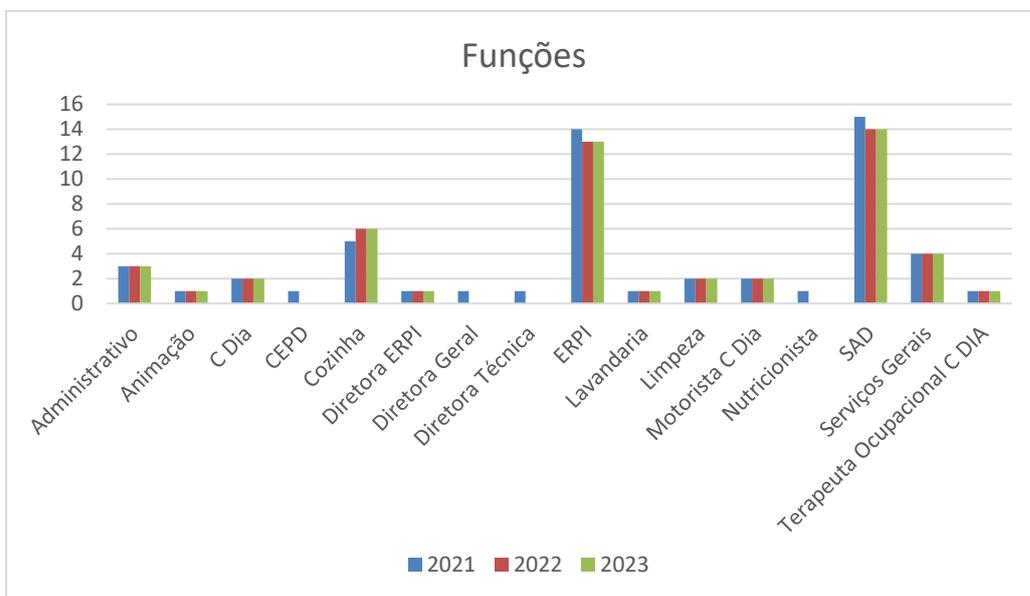
Em termos de habilitações, manteve-se a tendência do ano anterior, com maior número de colaboradores com habilitações ao nível do 3.º ciclo e ensino secundário.



Relativamente à média etária do total de colaboradores, verifica-se a manutenção de colaborador de media idade, principalmente com idade entre 36-40 anos, bem como os colaboradores com mais de 56 ano.



De acordo com as áreas profissionais, tem se mantido a necessidade do recurso à mão-de-obra fornecida por colaboradores com a categoria de ajudantes de ação direta e de trabalhadores de serviços gerais. Salienta-se o facto, de serem afetos de forma directa aos dois grandes sectores, SAD e ERPI.



## Obrigações Fiscais

\_Durante o ano de 2023 foi cumprido o calendário das obrigações legais da AMPO perante as entidades públicas, nomeadamente a Autoridade Tributária, Segurança Social e Autoridade para as Condições de Trabalho.

## 5. Anexo às Contas

### 5.1 Identificação da Entidade

---

A “ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação” com estatutos publicados no Diário da República n.º 282, Série III, de 09/12/1986, com sede em Rua Pedro Maria da Fonseca, 144.

### 5.2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	

### 5.3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 5.3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 5.3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

#### **5.3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **5.3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

#### **5.3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

#### **5.3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **5.3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

#### **5.3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a

preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

#### **5.3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

#### **5.3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

#### **5.3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

#### **5.3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

#### **5.3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### 5.3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 5.3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa e seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

#### 5.3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	4
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	1
Outros Ativos Intangíveis	4

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 5.3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50 ou 20
Equipamento básico	5 ou 8
Equipamento de transporte	5 ou 8
Equipamento administrativo	3 e 4
Outros Activos fixos tangíveis	3

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

#### 5.3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### **5.3.2.5 Propriedades de Investimento**

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

#### **5.3.2.6 Investimentos financeiros**

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade,

exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### **5.3.2.7 Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### **5.3.2.8 Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **5.3.2.9 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

#### **5.3.2.10 Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a

Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

#### **5.3.2.11 Financiamentos Obtidos**

##### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

#### 5.3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### 5.4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

As alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros tiveram os seguintes efeitos:

Relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, considera a CNC que:

- a) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem dos réditos;
- b) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75).

### 5 Ativos Fixos Tangíveis

#### Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

#### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

**Activo Bruto**

	<b>Saldo em 1/01/2022</b>	<b>Aumentos e Reavaliações</b>	<b>Abates e Alienações</b>	<b>Correcções e Transf.</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>
Terrenos e recursos naturais	172 921,70				172 921,70
Edifícios e outras construções	2 218 837,23	127 467,58			2 346 304,81
Equipamento básico	122 530,53	26 289,70		286,00	148 534,23
Equipamento de transporte	220 455,08	6 850,00			227 305,08
Equipamento administrativo	71 018,87	602,70	-	(286,00)	71 907,57
Equipamentos biológicos					-
Activos fixos tangíveis em curso					-
Outros activos fixos tangíveis	3 882,78				3 882,78
	<b>2 809 646,19</b>	<b>161 209,98</b>	<b>- -</b>	<b>-</b>	<b>2 970 856,17</b>

**Depreciações Acumuladas**

	<b>Saldo em 1/01/2022</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates e Alienações</b>	<b>Correcções e Transf.</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>
Terrenos e recursos naturais	-				-
Edifícios e outras construções	430 369,03	66 850,87		(1 788,50)	499 008,40
Equipamento básico	97 904,88	9 820,85			107 725,73
Equipamento de transporte	134 341,53	12 408,81		(459,41)	147 209,75
Equipamento administrativo	58 598,13	2 499,20			61 097,33
Equipamentos biológicos					-
Outros activos fixos tangíveis	3 882,78				3 882,78
	<b>725 096,35</b>	<b>91 579,73</b>	<b>-</b>	<b>(2 247,91)</b>	<b>818 923,99</b>

### Gastos com Depreciações

	<b>2022</b>	<b>2023</b>
<b>Activos Fixos Tangíveis</b>		
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	66 117,83	66 850,87
Equipamento básico	6 983,06	9 820,85
Equipamento de transporte	14 490,79	12 408,81
Equipamento administrativo	2 298,28	2 499,20
Equipamentos biológicos	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-
	<b>89 889,96</b>	<b>91 579,73</b>

#### Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2022 e 2023, foram os seguintes:

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo Final
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo Final
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## 5.6 Ativos Intangíveis

### Bens do domínio público

A Entidade não usufrui do “Ativos Intangíveis” do domínio público.

### Outros Ativos Intangíveis

A Entidade não detém "Outros Ativos Intangíveis".

## 5.7 Custos de Empréstimos Obtidos

---

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

### **Empréstimos e Descobertos Bancários**

	<u>2022</u>	<u>2023</u>
<b>Não Correntes</b>		
Empréstimos Bancários	712 989,49	750 659,30
	<u>712 989,49</u>	<u>750 659,30</u>
<b>Correntes</b>		
Outros Empréstimos	85 300,00	60 300,00
	<u>85 300,00</u>	<u>60 300,00</u>
	<b><u>798 289,49</u></b>	<b><u>810 959,30</u></b>

### **Gastos e Perdas Financeiras**

	<u>2022</u>	<u>2023</u>
Juros - empréstimos	12672,73	26077,56
Outros Gastos e Perdas Financeiras	0	2247,91
	<u>12672,73</u>	<u>28325,47</u>

## 5.8 Inventários

---

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

### Inventários

	Inventário em 01/01/2022	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2022	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2023
Matérias primas e consumíveis	2 731,54	381 666,81		31 428,45	481 221,63	(543,60)	22 596,68
Mercadorias	5 958,45	945,00		2 365,59	2 044,44		4 240,11
	<b>8 689,99</b>	<b>382 611,81</b>	<b>-</b>	<b>33 794,04</b>	<b>483 266,07</b>	<b>(543,60)</b>	<b>26 836,79</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				<b>357 507,76</b>			<b>489 679,72</b>

Nos períodos de 2022 e 2023, o custo das refeições são respectivamente de 353.622,62€ e 487.247,25€, sendo que deste valor houve oferta de 195.208,23€ e 329.312,98€ logo o custo efectivo é de 158.414,39€ e 157.934,27€.

## 5.9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### Provisões

Nos períodos de 2022 e 2023, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2022	Aumentos	Diminuições	2023
Impostos	0.00	0.00	0.00	0.00
Garantias a clientes	0.00	0.00	0.00	0.00
Processos judiciais em curso	0.00	0.00	0.00	0.00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0.00	0.00	0.00	0.00
Matérias ambientais	0.00	0.00	0.00	0.00
Contratos onerosos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reestruturação	0.00	0.00	0.00	0.00
Provisões específicas do setor	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras provisões	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>

### Passivos contingentes

Não são conhecidos passivos contingentes.

## 5.10 Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Vendas	1 681,70	1 531,70
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	587 464,03	565 859,64
Quotas e joias	8 789,00	6 379,00
Refeições Escolares	177 110,72	163 870,90
ISS, IP	448 496,46	402 768,54
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 223 541,91</b>	<b>1 140 409,78</b>

## 5.11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### Provisões

Nos períodos de 2022 e 2023, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2022	Aumentos	Diminuições	2023
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### Passivos contingentes

Não são conhecidos passivos contingentes.

## 5.12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2023	2022
<b>Subsídios do Governo</b>		
Outras entidades públicas	11 394,35	13 557,19
<b>Total</b>	<b>11 394,35</b>	<b>13 557,19</b>

## 5.13 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2023	2022
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 5.15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de "50" e em 31/12/2021 foi de "50".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	706 432,55	625 448,12
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	123 810,79	118 919,93
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	13 107,90	11 924,82
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	18 707,57	3 148,65
<b>Total</b>	<b>862 058,81</b>	<b>759 441,52</b>

## 5.16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 5.17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 5.17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2023	2022
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>11 191,99</b>	<b>10 352,07</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>11 191,99</b>	<b>10 352,07</b>

### 5.17.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2023	2022
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	60 556,20	532,00
Utentes	29 432,60	33 262,04
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>		

Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Cientes e Utentes factoring</b>		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	1 708,76	1 168,76
<b>Total</b>	<b>91 697,56</b>	<b>34 962,80</b>

Nos períodos de 2023 e 2022 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2023	2022
Cientes	0,00	0,00
Utentes	-1 708,76	-1 168,76
<b>Total</b>	<b>-1 708,76</b>	<b>-1 168,76</b>

### 5.17.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Remunerações a pagar ao pessoal	-160,71	0,00
Adiantamentos ao pessoal	800,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	24 086,84	23 999,51
Outras operações	-91,64	-498,13
Outros Devedores	73 661,93	155 469,47
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>98 296,42</b>	<b>178 970,85</b>

#### 5.17.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	3 143,98	2 636,95
<b>Total</b>	<b>3 143,98</b>	<b>2 636,95</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Refeições Escolares	10 814,33	85 449,51
<b>Total</b>	<b>10 814,33</b>	<b>85 449,51</b>

#### 5.17.5 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2023	2022
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### 5.17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2023	2022
Caixa	368,49	105,76
Depósitos à ordem	200 204,22	217 249,28
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
<b>Total</b>	<b>200 572,71</b>	<b>217 355,04</b>

#### 5.17.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	43 278,66	0,00	0,00	43 278,66
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1 023 219,63	0,00	-1 126,27	1 022 093,36
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	467 724,26	0,00	-12 931,76	454 792,50
<b>Total</b>	<b>1 534 222,55</b>	<b>0,00</b>	<b>-14 058,03</b>	<b>1 520 164,52</b>

### 5.17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	51 841,41	40 596,38
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>51 841,41</b>	<b>40 596,38</b>

### 5.17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	28 447,68	26 618,84
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>28 447,68</b>	<b>26 618,84</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6 517,84	2 259,77
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	26 518,62	24 168,42
Outros Impostos e Taxas	3 402,54	1 161,55
<b>Total</b>	<b>36 439,00</b>	<b>27 589,74</b>

### 5.17.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		160,71		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		91,64		498,13
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>19 823,80</b>		<b>19 823,80</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>Outros credores</b>		<b>-73 661,93</b>		<b>-155 469,47</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>-53 585,78</b>	<b>0,00</b>	<b>-135 147,54</b>

#### 5.17.11 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

Descrição	2023	2022
	0	0
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### 5.17.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	459 890,81	416 325,73
Subsídios de outras entidades	0,00	-4 854,90
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>459 890,81</b>	<b>411 470,83</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

#### 5.17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	48 701,36	43 084,79
Materiais	6 087,93	5 582,80
Energia e fluidos	91 173,20	124 395,04
Deslocações, estadas e transportes	1 131,57	927,37
Serviços diversos	32 707,90	32 397,06
<b>Total</b>	<b>179 801,96</b>	<b>206 387,06</b>

#### 5.17.14 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	23 610,19	20 467,50
Descontos de pronto pagamento obtidos	1,27	37,24
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	286,05	1 616,25
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	5 150,00
Outros rendimentos	425 322,57	248 498,07
<b>Total</b>	<b>449 220,08</b>	<b>275 769,06</b>

### 517.15 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	194,28	505,26
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	762,01	310,36
<b>Total</b>	<b>956,29</b>	<b>815,62</b>

### 5.17.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	26 077,56	12 668,05
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	2 247,91	4,68
<b>Total</b>	<b>28 325,47</b>	<b>12 672,73</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	707,25
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>707,25</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-28 325,47</b>	<b>-11 965,48</b>

### 5.17.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela direção em 12 de Março de 2024.

## 6. Indicadores Económicos

### 6.1 Rácios

Rácios	2023	Δ	2022
Activo Corrente	463 896,57	-4,20%	484 253,23
Activo Não Corrente	2 163 124,17	3,26%	2 094 901,91
Capital Próprio	1 551 906,37	1,23%	1 533 096,28
Passivo Corrente	324 455,07	-2,59%	333 069,37
Passivo Não Corrente	750 659,30	5,28%	712 989,49
Passivo Total	1 075 114,37	2,78%	1 046 058,86
Capitais Permanentes	2 302 565,67	2,51%	2 246 085,77
Resultados antes Impostos	31 741,87	-2918,32%	-1 126,27
Resultado Líquido	31 741,87	-2918,32%	-1 126,27
Endividamento	40,93%	0,90%	40,56%
Autonomia Financeira	59,07%	-0,62%	59,44%
Liquidez Geral	1,43	110,51%	0,68
Liquidez Reduzida	1,35	-0,40%	1,35
Liquidez Imediata	0,98	-16,46%	1,18
Solvabilidade Total	1,44	-1,51%	1,47

## 6.2 Indicadores de Rubricas de maior Impacto

### Despesa/Proveito - %

	2022	2023	% em 2022	% em 2023
Serviços especializados	22976,77	22976,77	1,61%	1,36%
Publicidade e Propaganda	55,36	55,36	0,00%	0,00%
Honorarios	98,40	98,40	0,01%	0,01%
Conservação e Reparação	18972,05	18972,05	1,33%	1,13%
Materiais	5582,80	5582,80	0,39%	0,33%
Electricidade	66621,43	66621,43	4,67%	3,96%
Combustivel	22258,84	22258,84	1,56%	1,32%
Água	16535,49	16535,49	1,16%	0,98%
Gás	18979,28	18979,28	1,33%	1,13%
Outros Serviços	927,37	927,37	0,07%	0,06%
Limpeza, Higiene e Conforto	23829,78	23829,78	1,67%	1,41%
Serviços diversos	9549,49	9549,49	0,67%	0,57%
<b>FSE</b>	<b>206387,06</b>	<b>206387,06</b>	<b>14,48%</b>	<b>0,00%</b>
<hr/>				
Gastos com Pessoal	759441,5	861531,3	53,27%	51,16%
<b>Gastos com Pessoal</b>	<b>759441,52</b>	<b>861531,30</b>	<b>53,27%</b>	<b>51,16%</b>

## 6. Demonstrações Financeiras

**ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO**  
**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

Contribuinte: 501488294  
Moeda: (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		2 151 932,18	2 084 549,84
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		11 191,99	10 352,07
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		<b>2 163 124,17</b>	<b>2 094 901,91</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		26 836,79	33 794,04
Créditos a receber		89 988,80	32 313,59
Estado e outros entes públicos		28 447,68	26 618,84
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		3 143,98	2 636,95
Outros ativos correntes		119 914,54	188 317,10
Caixa e depósitos bancários		195 564,78	200 572,71
		<b>463 896,57</b>	<b>484 253,23</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2 627 020,74</b>	<b>2 579 155,14</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		43 278,66	43 278,66
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		1 022 093,36	1 023 219,63
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		454 792,50	467 724,26
		<b>1 520 164,52</b>	<b>1 534 222,55</b>
Resultado líquido do período		31 214,34	-1 126,27
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1 551 378,86</b>	<b>1 533 096,28</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		750 659,30	712 989,49
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		<b>750 659,30</b>	<b>712 989,49</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		51 841,41	40 596,38
Estado e outros entes públicos		40 355,50	31 633,74
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros financiadores - Passivo Corrente		60 300,00	85 300,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes		172 485,67	175 539,25
		<b>324 982,58</b>	<b>333 069,37</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1 075 641,88</b>	<b>1 046 058,86</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2 627 020,74</b>	<b>2 579 155,14</b>

A Direcção

O responsável

ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte: 501488294

Pág.: 1

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		1.223.541,91	737.641,24
Subsídios, doações e legados à exploração		11.394,35	411.470,83
Subsídios de Entidades Públicas		11.394,35	416.325,73
ISS, IP - Centros Distritais		0,00	402.768,54
ISS, IP - Apoios excepcionais e extraordinários		0,00	0,00
Outras entidades públicas		11.394,35	13.557,19
Subsídios de outras entidades		0,00	-4.854,90
Doações, heranças e legados		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		489.679,72	357.507,76
Fornecimentos e serviços externos		179.801,96	206.387,06
Gastos com o pessoal		862.058,81	759.441,52
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		540,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		449.220,08	275.769,06
Correcções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimentos		11.651,68	4.663,25
Outros rendimentos		437.568,40	271.105,81
Outros gastos		956,31	815,62
Correcções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos		956,31	815,62
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>151.119,54</b>	<b>100.729,17</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		91.579,73	89.889,96
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>59.539,81</b>	<b>10.839,21</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	707,25
Juros e gastos similares suportados		28.325,47	12.672,73

Continua.....

ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte: 501488294

Pág.: 2

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Resultados antes de impostos		31.214,34	-1.126,27
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		31.214,34	-1.126,27

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2023 (1)	31/12/2022 (2)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes		1 263 878,92	1 252 462,80
Pagamentos a fornecedores		(453 469,87)	(542 704,01)
Pagamentos ao pessoal		(747 851,96)	(522 630,68)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>62 557,09</b>	<b>187 128,11</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		63 603,64	(150 364,75)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>126 160,73</b>	<b>36 763,36</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		(115 513,00)	(28 039,82)
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	(3 273,34)
Outros activos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		-	5 150,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>(115 513,00)</b>	<b>(26 163,16)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		100 000,00	64 446,69
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(87 330,19)	(79 156,49)
Juros e gastos similares		(28 325,47)	(12 672,73)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>(15 655,66)</b>	<b>(27 382,53)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
		<b>(5 007,93)</b>	<b>(16 782,33)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
		-	-
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		200 572,71	217 355,04
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		195 564,78	200 572,71

Demonstrações de Fluxos de Caixa, elaborados com base na interpretação da FAQ 39

(Aprovado pelo CNCE em 24 de novembro de 2023)

## 8. Parecer do Conselho Fiscal

Nos termos da lei e dos Estatutos, o Conselho Fiscal desta Associação vem submeter à apreciação da Assembleia Geral de Associados o seu parecer sobre o relatório de gestão e contas, elaborado pela Direção, relativamente ao exercício de 2023.

Em 2023, o valor bruto da produção foi de, aproximadamente, 1.904 mil euros, observando-se um aumento de cerca de 191.000 euros, quando comparado com o valor do ano anterior. Esta situação resulta, essencialmente, de aumentos verificados ao nível da prestação de serviços e dos subsídios, circunstância que permitiu compensar, largamente, o significativo aumento dos consumos intermédios, ainda que se tenha registado uma redução de 12,88% nos FSE.

A margem operacional líquida inverte a tendência de decréscimo iniciada em 2019 e passa a atingir 4,82 por cento, situação que reflete o retomar das operações num contexto de normalidade operacional.

A rentabilidade líquida, passados os efeitos do período COVID, passou a registar uma taxa de 2,01 por cento. Tal situação fica a dever-se ao efeito negativo (ainda que tenha recuperado) da alavancagem financeira sobre a rentabilidade do investimento total.

A taxa de solvabilidade atinge 144,23% e mantém-se como indicador de baixo risco para os credores. O nível de endividamento é de 40,95% e revela-se consistente de acordo com o histórico da instituição, desde 2019, período em que passou a ser monitorizado. O processo de reestruturação financeira introduzido em 2020 permitiu consolidar uma estrutura financeira que possibilita manter níveis adequados de liquidez e de tesouraria. A liquidez geral é de 142,75 por cento.

Apesar de dificuldades percecionadas pelos utentes e familiares dos mesmos, relacionadas com perdas de rendimento disponível, com as devidas reservas, a tendência de mercado mantém-se favorável, em função da análise dos indicadores demográficos. A organização continua a beneficiar de uma boa imagem reputacional.

Mantendo o foco na melhoria de procedimentos e na qualidade dos serviços prestados, de acordo com as opções estratégicas fundamentais, estamos convictos que a Direção continuará a praticar atos de gestão que reforçam o nível de confiança que temos sentido.

Por tudo o que precede, o Conselho Fiscal considera que o relatório e Contas de gerência deve ser aprovado.

Oliveira de Azeméis, 21 de março de 2024  
O Presidente do Conselho Fiscal

Assinado por: **JOÃO CARLOS DIAS  
MESQUITA**

Num. de Identificação: BI06965305

Data: 2024.03.21 16.50.03 GMT Standard Time